

ATA DO CONSELHO DIRETOR

Reunião ordinária do dia 17/8/2021

Ao dia 17 de agosto de 2021, às 14 h, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, teve início a reunião ordinária do Conselho Diretor do IBC, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo – presidente; José Tadeu Madeira de Oliveira, diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Jefferson Gomes de Moura, diretor do Departamento Técnico-Especializado; Luigi Amato Bragança Amorim, diretor do Departamento de Educação; Maria Odete Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração; Indira Cardoso, representante dos técnicos administrativos, Millene Barros Guimarães de Sousa, representante dos professores e Patrícia Vilares, representante dos pais de alunos. O presidente do Conselho abriu a reunião, cuja pauta geral foi a aprovação de 13 documentos concernentes ao Departamento de Educação, entre aprovação de curso técnico, atribuições de suas divisões e outras normativas. O primeiro ponto de pauta foi a análise e votação do PPC do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. Conforme é o costume no Conselho, o presidente pediu ao diretor do DED que fizesse a apresentação da proposta. O professor Luigi disse que o curso era há muito sonhado pela equipe do DED e que só se tornou possível com a superação de inúmeras dificuldades, em especial com a chegada de novos professores redistribuídos com formação na área de informática. Os professores Anderson Vallejo e Vanessa França foram convidados a entrar na sala virtual de reunião, para participarem da apresentação do documento aos conselheiros. Na condição de coordenador de Cursos Técnicos, o professor Anderson agradeceu o empenho da equipe responsável pela criação e estruturação do curso. Em seguida, ele explicou que a segmentação da formação na área de informática já é uma realidade — razão pela qual nos últimos anos os cursos técnicos em informática vêm dando lugar a cursos mais específicos, como este, proposto pelo DED. A professora Vanessa fez um breve relato da pesquisa realizada entre profissionais da área de informática, a qual revelou que, entre as maiores necessidades de formação nesta área, está exatamente a de desenvolvimento de sistemas. O professor Anderson Vallejo retomou a palavra para explicar que a maior procura pelos cursos concomitantes e subsequentes fez o DED optar por essa modalidade de oferta, na parte da tarde, possibilitando que os estudantes que cursarem o ensino médio em outras escolas possam frequentar as aulas do curso técnico do IBC no contraturno. Ele disse também que o foco do curso será a formação de profissionais capazes de atuar no desenvolvimento de sistemas acessíveis, uma vez que o uso e desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade não fazem praticamente parte dos conteúdos dos cursos de informática de modo geral. A conselheira Indira perguntou se o curso do IBC vai tornar possível a participação de estudantes surdocegos. O professor Anderson respondeu que a Instituição não tinha ainda a estrutura necessária para atender ao público com surdocegueira. A

conselheira Elise considerou as dificuldades de um surdocego que dependa de intérprete de libras para fazer o curso, e que o IBC não teria condições de supri-las, pelo menos no momento. Indira contra-argumentou dizendo que havia surdocegos que não se comunicavam por meio da Língua Brasileira de Sinais, mas sim pelo recurso da fala ampliada, o que demandaria uma adaptação mais simples. A professora Vanessa disse que se um candidato com o tipo de surdocegueira citado por Indira passar no processo seletivo, terá que haver uma certa adaptação para que ele consiga acompanhar as aulas do curso e que isso será feito. Anderson também explicou que o processo seletivo para o curso em pauta contaria com uma etapa preparatória para a prova, em conteúdos necessários para o bom aproveitamento da formação, como matemática, mas que a participação do candidato nas aulas preparatórias não o eximiria de fazer a prova. Não havendo mais perguntas, a proposta foi colocada em votação. O conselheiro José Tadeu foi o primeiro a se pronunciar, parabenizando o trabalho da equipe do DED. A representante dos docentes também parabenizou o trabalho da comissão, que já havia sido apresentado ao conjunto dos professores na semana anterior, fazendo apenas um destaque, no tópico 4 da página 47, sobre as justificativas aceitas nos casos de falta dos alunos às avaliações/provas. Millene sugeriu que se incluísse os motivos religiosos no rol das referidas justificativas, citando o exemplo dos adventistas do sétimo dia que são impedidos de realizar uma série de trabalhos aos sábados — entre eles, o de fazer provas. Apesar de aceita, os conselheiros consideraram ser necessário fazer adequações ao regulamento geral dos cursos nesse particular para, só então, incluir a mudança sugerida no regulamento do curso de desenvolvimento de sistemas. Antes de colocar em votação, o diretor-geral do IBC deu os parabéns ao DED pelo novo curso entregue, reconhecendo que a iniciativa vem ao encontro do que os próprios estudantes do IBC sempre cobraram do Instituto. A conselheira Elise fez questão de cumprimentar o coordenador de cursos profissionais pela atuação que vem tendo no IBC, fazendo a diferença na instituição. Posto em votação, o curso foi aprovado por unanimidade. Antes que se voltasse a tratar de documentos do DED, a professora Vanessa pediu licença para se ausentar rapidamente da sala de reunião. Em seguida, passou-se ao 2º ponto de pauta: análise e votação do regulamento do estágio. A professora Elise ressaltou que, embora a elaboração do documento fosse uma responsabilidade regimental do DPPE, a direção do departamento decidiu formar uma comissão com a participação de servidores de todos os departamentos, a saber: Sabrina Monteiro Pereira Quintanilha (presidente), Jortan de Amarante Lima, Renata Martins e Victor Miranda Elias. Elise informou que o regulamento em pauta não abrangia apenas os estágios voltados aos alunos dos cursos técnicos, mas também aos do mestrado e demais cursos de pós-graduação que viessem a ser criados no IBC. A conselheira Millene considerou que o texto do regulamento só citava estágios supervisionados e que, na discussão com o grupo de professores, foi levantada a questão sobre o estágio docente que ocorre no mestrado e doutorado. Por isso, ela sugeriu a inclusão desta designação no regulamento. Na opinião do conselheiro José Tadeu, ao dizer que a política de estágio abrange os cursos de nível superior, estaria abrangendo os cursos de graduação e de pós-graduação e que as especificidades do estágio poderiam fazer parte dos planos de curso. Sabrina disse ter sido esta a intenção da comissão elaboradora. O diretor-geral informou, por sua vez, que o tipo de mestrado do

IBC não previa estágios docentes, mas sim 30 horas de práticas educativas, o que era diferente de estágio docente. Por isso, na opinião dele, não seria o caso de alterar o documento incluindo agora a especificação de estágios docentes, pois isso iria de encontro à nomenclatura usada pela Capes. Millene concordou com a colocação do presidente do Conselho e retirou o destaque. Sem nenhuma outra pergunta, o documento foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O presidente do Conselho agradeceu, na pessoa da servidora Sabrina, o empenho de todos os demais membros da comissão. Elise também agradeceu à Sabrina por ela ter aceitado o desafio e também pela forma eficiente com que conduziu o processo de elaboração do regulamento. Em seguida, com a entrada novamente da professora Vanessa na sala virtual, passou-se ao 3º ponto: análise e votação das normas para estrutura do conselho de classe. Antes da análise deste documento, o diretor do DED falou do desafio de elaborar o novo PPP, tendo em vista a desatualização de alguns regulamentos e da falta de alguns documentos normativos do departamento. Ele explicou que a ideia do trabalho executado pela sua equipe foi exatamente elaborar e/ou atualizar os documentos necessários para embasar todo o trabalho desenvolvido no Departamento de Educação, como o que seria examinado em seguida, sobre a estrutura do conselho de classe. Nenhuma consideração sobre o referido documento, ele foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. O 4º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria sobre as atribuições do corpo docente do Departamento de Educação do IBC. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 5º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria do Regimento Disciplinar Discente. O diretor do DED acrescentou que nele haviam sido incluídas as regras para o semi-internato. O presidente do IBC sugeriu que fosse acrescentado no título do documento que ele dizia respeito aos discentes do DED, para não confundir com os alunos dos demais departamentos. Não havendo nenhum outro questionamento ou destaque, o documento foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 6º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria sobre a natureza da atuação dos representantes e vice-representantes de turma. Mais uma vez foi sugerida a especificação do DED no título. Não havendo nenhum outro questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 7º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria contendo as atribuições da DOE. O presidente do Conselho explicou que o documento em pauta ampliava as competências da DOE que já constavam no regimento do IBC e que, com ele, várias questões que estavam muito soltas no departamento haviam sido finalmente definidas. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 8º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria contendo as atribuições das coordenações de área. Mais uma vez, o presidente do Conselho sugeriu que se incluísse no título que o documento dizia respeito ao DED. Ele registrou que aquela era a primeira vez que se colocava no papel as atribuições dos coordenadores, o que era fundamental. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 9º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria contendo as atribuições da DAE. A representante dos professores disse que a elaboração de todos aqueles documentos ampliava e regulamentava o trabalho do DED, porém que ainda

havia ficado pendências a serem resolvidas. Assim, ela sugeriu que os servidores que participaram deste trabalho deixassem, para aqueles que forem chamados a concluí-lo, um registro do que falta a ser feito para que os colegas não partam do zero. Segundo a professora Vanessa, o processo de elaborar os documentos em pauta serviu para provocar um movimento de autoconhecimento nas pessoas que participaram do trabalho sobre seus próprios fazeres no DED. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 10º ponto de pauta foi a análise e votação da portaria contendo os critérios para concessão do semi-internato. O diretor do DED disse que o documento em pauta corrigia a situação de vulnerabilidade em que o IBC se encontrava pelo fato de muitas vezes tomar decisões que iam de encontro às normas relativas a este serviço. Segundo o diretor, tratou-se de um trabalho de revisão da portaria que, sem nenhuma consideração ou destaque dos conselheiros, foi aprovado por unanimidade. O 11º ponto de pauta foi a portaria contendo as atribuições da DEN, seguindo os mesmos procedimentos adotados nos documentos da DAE e da DOE. Luigi disse que a DEN tinha uma organização muito inchada e que depois da reformulação da DOE passou a ser mais enxuta, uma vez que houve uma separação do que era escola e o que era atendimento no IBC. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 12º ponto de pauta foi a análise e votação portaria contendo as atribuições das coordenações de etapas. Não havendo nenhum questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O 13º ponto de pauta foi a análise e portaria contendo as atribuições da direção do DED. Luigi explicou que o documento foi dividido em duas partes: uma específica, com as atribuições do diretor do DED já constantes do Regimento do IBC, e outra contendo atribuições que só existiam de fato e que agora, com o documento, passam a existir de direito. Não havendo nenhum outro questionamento ou destaque ao documento, ele foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Finda a análise dos documentos do DED, os professores Anderson e Vanessa encerraram suas participações na reunião. Mas antes da saída dos dois da sala, o diretor do DED agradeceu a parceria de ambos e informou que com a iminente saída do professor Ivan Finamore para estudos no exterior, a professora Vanessa passaria a ocupar a função de supervisora e de diretora-substituta do DED. Em seguida, passou-se então ao 14º ponto de pauta, com o panorama do retorno presencial das atividades do IBC. O diretor-geral informou os conselheiros sobre a Ação Civil Pública movida pelo MPF contra o IBC; sobre o trabalho já iniciado pelo COE de analisar as contribuições dos departamentos ao protocolo de biossegurança elaborado pelo DMR, consolidando-as em um documento único; informou sobre os preparativos administrativos e de infraestrutura do IBC para viabilizar este retorno, como: o cadastramento do vale-transporte; a finalização da obra da cozinha; a adequação do refeitório para garantir o distanciamento necessário entre os alunos durante a oferta da merenda escolar. Ele ressaltou que todas essas ações, assim como os diálogos mantidos com os órgãos de controle — vinham sendo amplamente divulgados para a comunidade do IBC e que todos os documentos relativos às tratativas com o Ministério Público Federal estavam disponibilizados para consulta no SUAP. A conselheira Millene disse que tem acompanhado as comunicações do COE e o andamento do processo do MPF. Ela perguntou se o próximo passo da Direção-Geral seria a continuidade do diálogo

e a apresentação de um outro cronograma de retorno. O diretor-geral disse que ficava difícil falar em outro calendário enquanto não se tivesse o protocolo organizado e que, dada a Ação Civil Pública e o julgamento de tutela antecipada do Ministério Público, o IBC poderia ser instado a voltar a qualquer momento, por ordem judicial, e que, caso isso acontecesse, só restava à Instituição cumprir. A representante dos pais, Patrícia Vilares, disse ter consciência do trabalho que a Direção-Geral vinha realizando e da pressão que estava sofrendo para retomar as atividades presenciais. Contudo, ela afirmou que como a maioria dos pais é contra esta medida, seria bom que a direção se preparasse enfrentar este descontentamento com a volta das aulas presenciais. O diretor do DED esclareceu a representante dos pais dizendo que a volta presencial será de forma organizada, com protocolos bem definidos e que o cronograma só será divulgado depois que esses protocolos estiverem concluídos. A representante dos professores disse saber do prazo de até 18 de outubro recomendado pelo MPF no processo de 109 páginas e reconhece o movimento da Direção-geral de transparência dos comunicados do COE e diálogo, como escrito no documento enviado aos representantes docentes e técnicos administrativos, após o comunicado do COE de retorno, mas que isso teria que ser feito tendo sempre em vista o direito à vida. O diretor-geral disse que, além do direito à vida, os documentos do Ministério Público e do Conselho Nacional de Educação defendem também o direito à educação das crianças e jovens e que o movimento de retorno era algo inevitável, ainda que com os cuidados sanitários necessários. Ele agradeceu o reconhecimento da representante docente ao trabalho da gestão durante este período da pandemia, apenas lamentando que nem todos tivessem a mesma compreensão dela. O diretor do DMR também reiterou o trabalho intenso que os membros do grupo gestor vêm desenvolvendo e que não tem sido reconhecido — e, segundo ele, mais do que isto, não vem sendo respeitado, com afirmações injustas. A representante dos pais registrou o reconhecimento dela também pelo trabalho da Direção durante a pandemia. O 15º ponto de pauta foram os informes. O diretor-geral falou sobre a inauguração das instalações do mestrado e a realização da aula magna, ambos no último dia 4; ele elogiou a qualidade do trabalho das pessoas que compõem que o grupo do mestrado e que já se programa para organizar a próxima seleção; ele informou que o trabalho na Setec para ingresso na Rede Federal de Educação Profissional está avançando, com a criação de um grupo de trabalho de servidores do Instituto para atender às demandas que têm surgido ao longo desse processo; que no dia 21 de setembro haverá uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o IBC e a educação da pessoa com deficiência visual, na qual têm fala garantida ele próprio, o secretário de Educação de São Paulo, Rossiele Soares, os reitores do Pedro II e do IFRJ, Oscar Hallac e Rafael Almada, entre outros.; que no dia seguinte à da reunião (18) ele teria uma audiência com o deputado cego Felipe Rigone. O último informe do diretor-geral foi sobre ao projeto Enxerga IF, desenvolvido pelo IBC e o Instituto Federal de Goiás, a ser realizado entre os dias 23 e 31 deste mês, em Goiânia, em que os médicos do IBC vão realizar exames oftalmológicos nos alunos do IFG, com foco no diagnóstico e orientações para os casos de baixa visão detectados. Ele informou que outras instituições já demonstraram interesse neste projeto. Por fim, João Ricardo informou que uma equipe do IFG viria passar uns dias no IBC com o objetivo de apoiar ações na área administrativa de recursos humanos para que os servidores e funcionários

da Divisão de Pessoal do Instituto pudessem ter formação específica em assuntos de pessoal. Em seguida, passou-se aos assuntos gerais. O diretor do DMR, ressaltou a defesa da residência médica do IBC junto à Setec, que ele acreditava ter tido êxito e da importância do projeto Enxerga IF para dar visibilidade ao trabalho do IBC. Elise reiterou a importância da inauguração do mestrado para o IBC e pessoalmente, para ela, que considerava este como sendo o ponto alto de sua carreira no Instituto. Ela informou que as aulas estavam correndo bem, assim como as publicações. A diretora do DPA informou que a cozinha estava prestes a ser entregue; que os dois banheiros na área de cursos já haviam sido entregues, assim como as salas antes ocupadas pelo CEJA; ela disse que a recuperação do telhado estava indo muito bem, e que os trabalhos estavam sendo muito bem feitos. Patrícia Villares manifestou a satisfação por ter participado da reunião e fez questão de elogiar o atendimento médico do IBC que, segundo ela, tem funcionado exemplarmente. O diretor do DMR agradeceu o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo seu departamento e disse que a chegada de novos médicos e o empenho da Direção-Geral para solucionar os problemas que aparecem tem sido fundamental para que o trabalho transcorra da melhor forma possível. A representante dos professores disse ter ficado muito feliz ao saber do Projeto Enxerga IF e que ela acreditava nesse espírito de rede e no papel que o IBC poderia desempenhar nela. Ela trouxe também o pedido dos colegas em relação às reuniões do Conselho para que fosse criada uma agenda das reuniões dos docentes com suas representações no Conselho para que os professores da Instituição pudessem participar dos encontros sem terem outros compromissos de seus departamentos na mesma hora. Primeiramente o diretor-geral explicou que a própria representação poderia abrir uma agenda no Gmail para este objetivo, mas que, na opinião dele, seria difícil de dar certo, uma vez que o IBC é grande, com muitos fazeres e que seria inviável esperar que todos conseguissem conciliar seus compromissos com os respectivos departamentos para participar das reuniões — coisa que nem ele, enquanto diretor-geral, costuma conseguir em suas convocações. A representante dos professores informou também que alguns de seus colegas disseram não estarem recebendo os e-mails do grupo de servidores do Gmail, o que tornava difícil a comunicação dela com seus pares. Ela foi instruída então a entrar em contato com a Coordenação-Geral de Informática para incluir estes servidores na listagem. Último a dar seus informes gerais, o diretor do DED compartilhou com os conselheiros as inúmeras solicitações que estão sendo feitas por um servidor docente, via e-mail, envolvendo o DED, o DPA e o Gabinete da Direção. As solicitações são: 1) nova redistribuição, justificada por questões pessoais, mesmo ciente de uma portaria que define o tempo mínimo de permanência na instituição; 2) passagens aéreas ou de ônibus executivo (Blumenau – Rio de Janeiro); 3) pernoite no Instituto; 4) mudança dos dias das aulas organizadas pela comissão de horários; 5) permanência em trabalho remoto, mesmo ciente do retorno presencial iminente; e 6) portaria de progressão. O servidor foi redistribuído para o IBC em janeiro de 2020, porém, fixou residência na cidade de Blumenau, Santa Catarina. Segundo Luigi, como diretor do DED, ele já havia abordado algumas vezes o tema "redistribuição" em conversas com o servidor, sinalizando a impossibilidade. Como última tentativa, Luigi pediu que fosse encaminhado ao servidor uma resposta única, chancelada pelo Conselho Diretor, sobre cada tópico, finalizando, assim, os questionamentos. Depois de muita discussão, os

conselheiros concluíram que esse caso é de competência do Departamento Pessoal e que não havia materialidade para discussão do assunto no Conselho Diretor. O Conselho ratificou as vias legais quanto ao descumprimento das obrigações do servidor tanto no trabalho remoto como em um futuro cenário de retorno às atividades presenciais. O diretor do DED também solicitou a marcação de uma reunião extraordinária do Conselho para votar o documento que dispõe sobre as atribuições da Comissão de Organização de Horário do DED para que ela começasse os trabalhos o mais rapidamente possível. Depois de discutirem sobre a melhor data para a reunião, atendendo à sugestão da representante dos professores, chegou-se à conclusão de que o DED poderia dar início à formação da referida comissão que só começaria a trabalhar quando o documento fosse apresentado e votado na próxima reunião ordinária do Conselho, marcada para o dia 2 de setembro. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 17h20 e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Maria Odete Santos Duarte

Luigi Amato Bragança Amorim

Elise de Melo Borba Ferreira

José Tadeu Madeira de Oliveira

Jefferson Gomes de Moura

Indira Stephanni Cardoso Santos da Silva

Millene Barros Guimarães de Sousa

Patrícia Villares

Anderson de Oliveira Vallejo

Vanessa França da Silva

Sabrina Monteiro Pereira Quintanilha